

JOVENS HERDEIROS: UMA ANÁLISE DA SUCESSÃO FAMILIAR EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DE NOVA ARAÇÁ

Camila Stuani¹
Anderson Neckel²
Alba Valéria Oliveira Ficagna³

Resumo: A permanência do jovem na agricultura revela-se importante para dar continuidade às atividades das pequenas propriedades, garantindo a produção agrícola e a diversificação da mesma, por meio do empreendedorismo. Neste sentido, este estudo tem como objetivo identificar a percepção dos jovens agricultores da cidade de Nova Araçá, pertencentes à região norte do estado do Rio Grande do Sul, sobre a sua permanência no campo. Para alcançar o objetivo, utilizou-se metodologia com abordagem qualitativa, em que foram realizadas 15 entrevistas em profundidade, utilizando-se um roteiro semiestruturado. A análise dos dados ocorreu a partir da análise de conteúdo e os principais resultados indicam que os jovens agricultores que permanecem em suas propriedades levam em consideração o fato de gostar da atividade rural, tal situação também é influenciada pelo investimento realizado na propriedade. Outros fatores relevantes são: a qualidade de vida; a flexibilidade de horários de trabalho; e a concorrência inexistente.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sucessão rural. Jovens agricultores.

¹ Graduada em Administração pela Universidade de Passo Fundo – UPF, 2015; camistvani@gmail.com;

² Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2014; Especialista em Marketing Estratégico e Gestão de Vendas pela Universidade de Passo Fundo - UPF, 2012; Graduado em Administração pela UPF, 2010; andersonn@upf.br;

³ Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF, 2004; Especialista em Orientação Educacional e Profissional pela UPF, 1998; Graduada em Letras, com Habilitação em Espanhol pela UPF, 1988; aficagna@upf.br.

1 Introdução

Dimensionar as características de cada setor e reconhecer as oportunidades e ameaças que interferem diretamente sobre os mesmos constitui um dos desafios da Administração atual. Criar estratégias que permitam que as organizações, independente de tamanho, se adaptem aos ambientes aos quais estão inseridas e às inúmeras mudanças sofridas pelos mesmos são de grande importância para garantir a permanência e o fortalecimento das atividades. Dessa forma, o setor agrícola também está sujeito às influências do ambiente, e busca alternativas para superar os obstáculos.

Partindo da informação que a agricultura familiar é responsável por 84,4% dos estabelecimentos rurais do país e os estabelecimentos que possuem menos de 1000 hectares representam 40% da área total ocupada no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2009), neste contexto percebe-se a desigualdade em termos de área, capacidade produtiva e conseqüentemente renda, por parte dos grandes latifundiários. Porém, a produção das pequenas propriedades possui características peculiares, como a pluriatividade e a diversidade.

A agricultura familiar apresenta diversas mudanças em sua estrutura, a mesma vem se mantendo em um ambiente altamente competitivo e desigual e o fator determinante para a continuidade desta atividade é a sucessão destas pequenas propriedades. O processo de sucessão familiar sempre ocorreu de forma natural, mas hoje necessita de outros motivos para se concretizar e se manter, pois nem sempre os jovens que residem no campo querem dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais.

Diante desta situação, a problemática da pesquisa envolve o questionamento acerca da percepção dos jovens herdeiros em relação à sucessão familiar, levando em consideração as pequenas propriedades rurais da cidade de Nova Araçá – RS. Quanto ao propósito, o estudo teve por objetivo identificar a percepção dos jovens agricultores da cidade de Nova Araçá, pertencentes à região norte do estado do Rio Grande do Sul, sobre a sua permanência no campo. Além desse, também constituem o escopo desta pesquisa os seguintes objetivos: a) Identificar a percepção dos jovens sobre a sucessão familiar; b) Analisar as perspectivas dos jovens e os fatores que os motivam a ficar na vida do campo; c) Descrever os fatos que trazem insegurança quanto a sua permanência no meio rural.

2 Referencial Teórico

Com o objetivo de melhor descrever as características da sucessão familiar na nas propriedades rurais de pequeno porte, são apresentados nesta seção os referenciais inerentes à agricultura familiar, gestão da propriedade familiar e sucessão rural.

2.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar é a forma predominante de produção de alimentos no mundo, sendo que nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo são geridas

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



por famílias. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO, 2014). Neste fato, se tem a visão da importância deste setor para a economia e o desenvolvimento social.

Nesse sentido pode-se afirmar que “a agricultura nunca foi descoberta ou inventada” (HARLAN, 1972 apud MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 126), ela é resultado do processo de evolução da própria sociedade. A agricultura familiar, no Brasil, foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, gerando a concentração de terras e renda, marginalizando grande parte da população do meio rural (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2014). A Revolução Verde, iniciada por volta dos anos de 1950, conseguiu elevar a produtividade e o rendimento econômico de algumas culturas, mas trouxe consequências como a concentração de riquezas, o agravamento de problemas sociais e aceleração do processo de degradação ambiental. (PEREIRA FILHO, 2007, p. 56 apud SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

Segundo Anjos (2003) a pequena exploração do sul do país, desde o princípio enfrenta um quadro de extrema instabilidade e descaso por parte das classes dominantes. Fator este que se torna motivo de lutas, revelando a busca pelo reconhecimento e espaço para a reprodução econômica e social aceitáveis.

Com a organização e as lutas desta classe, a expressão agricultura familiar passou a ser utilizada no contexto brasileiro a partir dos anos de 1990, passando a representar várias categorias sociais que não se encaixavam nos termos até então utilizados, como pequeno produtor ou trabalhador rural (SCHNEIDER, 2003), pois “a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

A agricultura familiar é definida como “uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014, n.p.).

À luz da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 considera-se agricultor familiar aquele que exerça atividades no meio rural e que: Não detenha mais que quatro módulos fiscais; Utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades; Tenham percentual mínimo de renda exigido originado do estabelecimento rural; Dirija seu empreendimento ou estabelecimento com a família. Esta lei serve de parâmetro para o sistema de enquadramento dos beneficiários nos programas de auxílio à agricultura familiar. (BRASIL, 2006)

Segundo Barrientos-Fuentes e Torrico-Albino (2014) a agricultura familiar na América Latina, pode ser dividida em agricultura familiar de subsistência: tipo mais comum, onde ocorre a limitação em disponibilidade de terra e capital, não garantindo nem a segurança alimentar familiar. A agricultura familiar de transição: que demonstra acesso aos mercados e cadeias produtivas. E a agricultura familiar consolidada: que possui mais terra e capital, superando a pobreza e alcança maior nível de conservação dos recursos naturais.

No Brasil a agricultura familiar é heterogênea, incluindo famílias pobres, que detêm pouca terra e em situações precárias e famílias que possuem certa posse de recursos, como capacitação, organização, conhecimento. (BUAINAIN *et al.*, 2009). Porém Schuch (2010) afirma que a agricultura do sul do país se diferencia do restante do país, principalmente no quesito tecnologia e profissionalização.

2.2 Gestão Da Propriedade Rural

As propriedades familiares são diferentes das empresas capitalistas típicas, “pois a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam reproduzir-se social e economicamente, organizando e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar”. (LIMA *et al.*, 2005, p. 40).

Para Silva (2013, p. 29) “a Administração Rural preocupa-se primeiramente com o problema de conseguir a combinação mais lucrativa dos diversos fatores envolvidos na produção”. Geralmente a estratégia utilizada consiste em diversificar a produção, conforme a disponibilidade de recursos, com o intuito de garantir o auto-consumo e obter maior renda. (LIMA *et al.*, 2005).

Lourenzani e Souza Filho (2009) tratam do processo de gestão das propriedades rurais comparando-o ao de empresas sistêmicas, onde as propriedades sofrem influência dos ambientes externo, como o clima, preço dos produtos, políticas agrícolas, etc. e interno, onde citam os recursos humanos, planejamento da produção etc. Para eles, é a partir destas forças que as decisões são tomadas, ocorrendo assim, o gerenciamento. Este, indispensável para alcançar o desenvolvimento da propriedade.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2014) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (2014), a agricultura familiar é responsável por 74% da ocupação de mão de obra no setor agrícola, produzindo cerca de 40% dos produtos, resultante de 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total), distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total agrícola do país).

A agricultura como um todo, é um processo complexo, regado de incertezas aliadas ao risco. Tedesco e Vieira (2006, p. 29) tratam a agricultura como “um investimento a céu aberto, com margens de ganho reduzidas e apertadas, ano a ano, nos últimos tempos, à qual quem arrisca é sempre o agricultor”.

Apesar de sua grande capacidade de adaptação e forte dinamismo, a agricultura familiar não é isenta de conhecer dificuldades e atravessar momentos de crise. Fatores externos e internos tendem a moldar as suas transformações. (ANJOS, 2003).

Nas empresas rurais, estes fatores são classificados como controláveis, categoria que contempla os objetivos empresariais, estrutura da empresa, tecnologia, tarefas a executar e pessoal, ou incontrolláveis, estes se subdividem em dois grupos: ambiente externo, como legislação, movimentos demográficos e sociais, desenvolvimento tecnológico, clima, religião, questões sobre ecologia e regionalismo; e ambiente operacional, como fornecedores, concorrentes, clientes, sindicatos, intermediários e grupos regulamentadores. (SILVA, 2013).

A agricultura familiar vem se tornando a protagonista de políticas públicas, de interesses social e econômico e constitui-se como alternativa a um modelo de modernização que exclui parte da população. (MARTINS, 2001).

A fim de incentivar a permanência dos agricultores no campo, a diversificação da produção, a produção sustentável e a modernização e melhorias das pequenas propriedades, o poder público tem desenvolvido diversas políticas. (CONTAG, 2014). Estas possibilitaram e possibilitam a criação de diversos programas destinados aos agricultores familiares, como o

acesso ao crédito, a garantia de preço e a habitação rural.

2.3 Sucessão Rural

Diante de todos os esforços que vem sendo realizados com o intuito de melhorar as condições de vida no campo, o olhar da sociedade, principalmente das pessoas ligadas ao meio rural, muda o sentido e passa a analisar o processo interno de continuidade das pequenas propriedades rurais, levando em conta o aprendizado/conhecimento adquirido desde a mais tenra idade, que faz com que os jovens optem por continuar com as atividades do campo (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Mesmo com um número expressivo de programas e políticas que auxiliem na permanência do jovem no campo, a sucessão rural é um fator que passou a ser motivo de preocupação. Este processo, que ocorria de modo natural e contava com certa pressão moral para a sua continuidade passa a ter a necessidade de ser repensado, avaliado (ABRAMOVAY, 1998).

A sucessão implica na sobrevivência, expansão e continuidade. Envolve fatores do passado, as expectativas e obrigações futuras, além dos valores da organização. (GRZYBOVSKI, 2002). Para Schuman, Stutz e Ward (2011), os dilemas da sucessão devem ser revolidos utilizando a tradição e a mudança, ambos em sintonia.

De acordo com Cardona e Balvín (2014) o planejamento da sucessão engloba a criação de documentos que organizem a transferência da propriedade. O processo de sucessão deve ser iniciado com a presença do fundador da empresa e com a participação e o aval de todos os envolvidos. É necessário que haja diálogo e que se esteja preparado para administrar os conflitos que tendem a surgir.

A sucessão da agricultura familiar envolve mais do que a continuidade das propriedades, a sucessão rural envolve o destino de várias regiões devido ao forte papel social e cultural desempenhado pela agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998).

Sucessão rural “é o processo de transferência legal do patrimônio visando a continuação de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, permitindo às gerações mais novas o comando do negócio familiar” (SCHUCH, 2010, p. 69).

Mello *et al.* (2003) argumenta que antigamente o processo sucessório estava centrado na estratégia de transferir a propriedade para o filho mais novo e viabilizar as instalações dos demais filhos como agricultores. Neste caso, o processo sucessório está ligado a figura paterna, onde o mesmo é quem toma a decisão de como será realizada a sucessão e quando.

Porém, com todas as mudanças sofridas e por diversos fatores, os jovens agricultores não estão permanecendo no campo. Em 2005, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG RS, em parceria com a Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior - UNIVATES e com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA realizou uma pesquisa no Vale do Taquari, onde foram entrevistados 784 filhos de agricultores sobre sucessão rural. A pesquisa mostrou que a questão da sucessão não é abordada dentro da família e os jovens não são preparados para dar continuidade as tarefas de seus genitores. A pesquisa cita que os motivos principais da saída do jovem do campo são o trabalho, o casamento e os estudos (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA

AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG, 2014).

Aos poucos a sucessão rural, assim como a empresarial ganha destaque e recebe a atenção merecida. Abramovay (1998) cita que os conflitos familiares nas empresas geralmente tendem a aparecer a partir da terceira geração, enquanto na agricultura familiar eles aparecem na geração direta. A agricultura familiar possui peculiaridades que não oferecem condições para que mais que uma família seja gestora, ressaltando raras exceções.

A sucessão é um processo importante, pois garante que a agricultura familiar se perpetue e continue a produzir grande gama de alimentos e produtos, agregando mão de obra e sendo alternativa aos grandes modelos econômicos (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG, 2014).

As pequenas propriedades rurais, por sua vez, apresentam a inserção direta do sucessor nas atividades, porém a tomada de decisão concentra-se na figura pai, conforme cita Schuch (2010). Este mesmo autor descreve que a sucessão deve ser discutida, planejada e competente a fim de preservar o patrimônio, assegurando a continuidade da atividade, recomendando que os pais deixem de ver seus filhos como mão de obra barata, passando a enxergá-los como sócios.

3 Procedimentos Metodológicos

O estudo foi caracterizado como exploratório descritivo, já que o mesmo possui o intuito de identificar os fatores de permanência dos jovens na agricultura. A abordagem dos dados é classificada como qualitativa. Esta, segundo Alves-mazzotti e Gewanddsznajer (1999), é descrita como uma pesquisa não estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras e estudos em profundidade, pois possibilita a exploração de indicadores através de diversas percepções do entrevistado.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas em profundidade com base em um roteiro semiestruturado, desenvolvido com base na fundamentação teórica e também nas categorias deste estudo. Os sujeitos entrevistados totalizaram quinze jovens agricultores do município de Nova Araçá, com idades entre 18 e 25 anos, que já desempenham atividades agrícolas nas propriedades onde a agricultura familiar é exercida, enquadrando-se nas regras do PRONAF.

Os 15 jovens entrevistados foram escolhidos por conveniência dentre os 36 jovens com a idade determinada acima, que moram e continuam em suas propriedades desenvolvendo a agricultura familiar, sendo que os mesmos foram identificados por meio de uma análise das propriedades familiares do interior do município.

A forma de análise das categorias de estudo utilizada nesta pesquisa foi a análise de conteúdo, uma vez que o próprio tema exige a compreensão da opinião dos sujeitos da pesquisa. As categorias de análise abordadas nesta pesquisa são:

Agricultura familiar: A agricultura familiar é definida como forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2014).

Fatores de permanência: Os fatores de permanência na agricultura familiar são aqueles que, acima de tudo, motivam os jovens a dar continuidade às atividades desenvolvidas na propriedade.

Sucessão rural: É o processo de transferência legal do patrimônio visando a continuação de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, permitindo às gerações mais novas o comando do negócio familiar (SCHUCH, 2010).

4 Análise dos Resultados

A seguir são apresentados os principais resultados encontrados na pesquisa.

4.1 Alvo Do Estudo

O município de Nova Araçá está localizado na encosta superior nordeste, na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, possuindo população aproximada de 4.339 habitantes, com área total de 74,704 km², sendo que a base econômica do município são as atividades primárias (IBGE, 2015).

Devido à forma de colonização realizada pelos imigrantes europeus, a agricultura familiar praticada em Nova Araçá, assim como em toda a serra gaúcha, se assemelha à forma europeia de organização familiar, distinguindo-se da existente em outras partes do estado ou do país. As propriedades contam com a agricultura familiar consolidada, detendo certa quantidade de terra e capital, estando inseridas em cadeias ligadas ao agronegócio.

As atividades desenvolvidas no interior do município abrangem o cultivo de grãos (milho, soja e trigo), criação de bovinos, suínos, aves, ovinos e caprinos e o cultivo de hortifrutigranjeiros tanto para o consumo familiar quanto para a atividade comercial.

Todos os entrevistados moram com os pais e exercem atividade em conjunto, tendo como regra geral a propriedade pertencente aos genitores, sendo que alguns jovens são proprietários de pequenas áreas de terras. Suas propriedades possuem tamanho que varia dos 10,0 hectares a 40,0 hectares, sendo que alguns arrendam áreas dos vizinhos. A mão de obra utilizada nas atividades desenvolvidas nas propriedades é unicamente familiar, e a renda obtida por meio destas atividades oscila entre R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00 bruto ao mês, variando conforme a propriedade e as atividades existentes.

4.2. A Realidade Da Agricultura Familiar Percebida Pelos Jovens

Partindo da importância da agricultura familiar para o município de Nova Araçá torna-se necessário entender como os jovens a percebem. Para os entrevistados, agricultura familiar é o termo que designa a propriedade que utiliza a mão de obra familiar, sendo, para eles, sinônimo de pequena propriedade. Ao serem indagados sobre como percebem a agricultura familiar no município, os jovens citaram que atualmente passa por um momento difícil, devido à queda do preço do leite e do milho e a alta dos insumos utilizados na produção, reflexo do momento econômico do país, mas continua sendo a base econômica do município e reconhecem a importância que a mesma possui, citando todas as atividades desenvolvidas por eles a fim de produzir alimentos.

No decorrer das entrevistas, ao serem indagados sobre quais os desafios enfrentados pela agricultura familiar, a maioria dos entrevistados citou como maior dificuldade a comercialização dos produtos, referente ao preço recebido pela venda e o alto custo dos insumos, além da presença de inúmeros “atravessadores” até a chegada do produto ao consumidor. Tedesco e Vieira (2006) ainda revelam outro ponto a ser discutido que é a

questão da diminuição dos rendimentos obtidos nas propriedades, o que é confirmado através da fala de um dos entrevistados, onde o mesmo revela que a renda diminui a cada safra.

Também foram citados temas como a legislação ambiental e a ausência ou pouca orientação sobre a mesma e a falta de mão de obra, que se tornou um problema frequente no município, pois com a redução do número de pessoas no interior a escassez de mão de obra atinge os pequenos agricultores, já que os mesmos contam com grande número de atividades a serem realizadas.

Diante das dificuldades citadas, os jovens foram questionados sobre a possibilidade de desenvolverem outras atividades em conjunto com a agricultura familiar. Esta ação, onde membros da família exercem outras atividades diferentes das agrícolas é chamada de pluriatividade. Schneider (2003) menciona que esta é uma decisão que cabe à família e ao próprio indivíduo, porém o mesmo permanece morando no meio rural e mantém ligações com a agricultura. A maior parte dos entrevistados concorda em desenvolver atividades em conjunto principalmente enfatizando o incremento da renda e a manutenção da mesma.

Ao serem indagados se realmente pretendem permanecer na agricultura familiar, dando continuidade ao trabalho desenvolvidos por seus pais e avós, 9 entrevistados afirmaram que irão permanecer, enquanto 4 revelaram que têm o desejo de conciliar outra atividade com a agricultura familiar e 1 entrevistado cita que almeja sair do meio rural, porém não é possível devido a quantidade de tarefas a serem realizadas e a falta de mão de obra, o que, atualmente, sobrecarrega os pais.

Quando perguntado sobre como os mesmos vêem o futuro da agricultura familiar, a maioria respondeu que acredita que, a médio e longo prazo, a agricultura familiar tenha boas perspectivas, pois como foi citado, todos precisam de alimentos para sobreviver, o que continuará gerando mercado para os produtos. Também foi citado pelo entrevistado 1, que o agricultor que souber investir e se conscientizar sobre a forma como sua propriedade é gerida, controlando custos e evitando desperdício, terá mais condições de se manter no interior e criar alternativas para a renda.

Apesar deste otimismo, o entrevistado 2 acredita que permanecerão na agricultura aqueles que agregarem valor ao seu produto e se especializem na produção de poucos ou um único produto. Já o entrevistado 12 acredita que a situação melhore, pois, com o êxodo rural que ocorreu e a diminuição das famílias no campo, ocorra a valorização dos agricultores, principalmente no município, onde os mesmos serão incentivados a ficar.

A percepção que os jovens possuem da agricultura familiar está extremamente ligada à percepção que seus pais possuem. Ao passo que aumenta a independência dos jovens, se percebe que o modo de pensar se modifica, passando a analisar as melhores oportunidades. O entrevistado 2 cita que antes de ingressar em um curso superior, via a agricultura familiar sob a ótica de seu pai, sendo que o mesmo o incentivava a sair da propriedade em busca de algo melhor. Porém, no decorrer do tempo, viu e comprovou para seu pai, que a agricultura também possui oportunidades, e que se exploradas de forma racional, oferece vantagens sobre demais setores.

4.3 Fatores De Permanência Dos Jovens Na Agricultura Familiar

Ao serem indagados sobre os motivos responsáveis pela permanência no campo, os

Organizadores:



ANEPEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



jovens tiveram respostas que se assemelham. Gostar da atividade é o motivo que faz com que a maioria permaneça, mesmo que os pais não incentivem de forma direta. Produzir alimentos que vão para diversos locais, quase sempre representando momentos de união das famílias traz satisfação a eles. Além de possuir uma gama diferente de atividades, que vão desde o cuidado com os animais até a manutenção do maquinário.

Outra parcela reconhece o alto investimento que existe na propriedade, não compensando a saída dos mesmos para começar uma nova vida e construir patrimônio de igual valor, sendo que perderiam em qualidade de vida é outro diferencial que os mesmos citam como fator para permanecerem na agricultura. Os jovens citam como qualidade de vida, os alimentos que consomem, a tranquilidade que ainda está presente no interior, o acesso às tecnologias e ao lazer e a modernização da agricultura.

Ter a possibilidade de adequar horários e atividades, sendo “dono do próprio negócio” também os motiva a ficar, já que se os mesmos trabalhassem em outro setor não teriam a mesma autonomia. A questão da concorrência no mercado de trabalho também é fator para que os jovens permaneçam na propriedade familiar, pois assim já possuem atividade que será remunerada, não tendo que competir com outras pessoas pelas vagas.

A questão da renda é citada por um jovem, enquanto outro cita a possibilidade de negociação de seus produtos, não sendo mencionada pelo restante dos entrevistados. Assim como demonstra a pesquisa realizada pela FETAG em conjunto com a UNIVATES ainda no ano de 2005, a renda não é fator determinante para que os jovens deem continuidade às propriedades. (SCHUCH, 2010). Isso reflete que os mesmos percebem que outras atividades geram maior retorno/ganho financeiro que a agricultura.

O alto investimento realizado nas propriedades é causa da permanência de alguns jovens e tem origem basicamente nos financiamentos e empréstimos realizados por meio de programas sociais que visam fomentar o desenvolvimento da agricultura, principalmente para custeio das culturas temporárias e investimentos ligados a melhoria das instalações. Porém, os mesmos desconhecem grande parte dos programas e as possibilidades que teriam utilizando-os.

Outro fato que chama atenção está relacionado a resposta do entrevistado 1, em que o mesmo cita a forma como os jovens são tratados pelos pais. Em muitos casos os pais vêem os filhos como empregados, porém não os remuneram como tal. Gerando insatisfação e a busca pela independência financeira, o que ocasiona a sua saída do meio rural.

Ao serem indagados sobre que ações deveriam ser realizadas para que as condições de permanência no campo no município de Nova Araçá melhorassem, os entrevistados citaram questões relacionadas a infraestrutura, como melhoria de estradas; a forma de gerir as propriedades, tendo maior acompanhamento das entidades que representam e apoiam o setor; maior valorização dos agricultores familiares junto a sociedade; mecanização das atividades; garantia de renda, através de programas que além de garantirem o preço mínimo do produto, garantam a produção; maior responsabilidade das empresas integradoras; e maior incentivo por parte do governo: em níveis federal e estadual, criando políticas e programas que possam sanar as dificuldades encontradas na agricultura familiar diminuindo as diferenças que a mesma possui em relação a agricultura patronal. Já em nível municipal, maiores recursos para a agricultura familiar, incentivando a melhoria das propriedades e ofertando aos agricultores mais serviços como maquinário.

4.4 Sucessão Rural

As entrevistas revelaram que a maior parte dos jovens não está sendo preparada para assumir a propriedade. Ao serem indagados sobre a forma em que as decisões são tomadas, a maioria respondeu que, apesar de existirem discussões acerca dos temas, a tomada de decisão realizada pelos pais, principalmente pelo pai, ressaltando, quanto à diversidade de gênero, a predominância do sexo masculino neste setor.

Isso deixa claro que ainda não ocorre um planejamento estruturado e formal da sucessão da propriedade. Cardona e Balvín (2014) citam a importância da existência de um protocolo familiar, acordo que visa reger as relações entre familiares e empresa (propriedade), objetivando acima de tudo evitar conflitos, e ajudar na transferência de poder. Assim como Leone (2005) e Oliveira (2010) citam a importância do processo sucessório, Oliveira, Albuquerque e Pereira (2012) trazem a percepção que o processo sucessório só ocorre com a morte de um dos dirigentes. Na agricultura familiar isto se torna quase que uma regra, pois o filho realmente assume a propriedade, posse e poder, após o falecimento ou incapacidade dos pais.

Apenas um dos entrevistados acompanha a ajuda na gestão da propriedade, tratando de assuntos ligados a questões bancárias, decisão acerca de culturas e investimentos a serem realizados na propriedade.

Para os jovens, sucessão rural representa também a continuidade da cultura, das tradições e das próprias comunidades que cercam as cidades, além da passagem e continuidade da propriedade. Sua importância reside não apenas na produção de alimentos e dos postos de trabalhos no interior, mas para a reprodução social das comunidades.

5 Considerações Finais

Em relação à percepção dos jovens sobre a agricultura familiar, tem-se a comprovação que os jovens sabem da importância da mesma para o município. Reconhecem que vivem período econômico turbulento, porém que o mesmo também oferece oportunidades, tendo a forma de gestão da propriedade uma ferramenta, mesmo que muitos procurem não se envolver vislumbrando um cenário positivo para médio e longo prazo.

No que diz respeito à sucessão rural, ficou evidente que esta é uma questão que merece mais atenção, pois apesar dos jovens saberem o que a mesma significa, ela não é realizada de forma planejada em nenhum caso do município, sendo que a maioria dos pais não incentiva os mesmos a ficar no campo, demonstrando que o mesmo não faz parte do planejamento da propriedade e dos assuntos tratados na mesma, o que resulta no êxodo e abandono da propriedade.

No que tange aos fatores de permanência, o presente estudo identificou que os jovens são motivados a permanecer no interior pelo gosto que possuem em realizar as atividades da propriedade, pelos investimentos realizados, pela qualidade de vida, flexibilidade de horários e a concorrência no mercado de trabalho.

A pesquisa apresentou algumas limitações, principalmente no que diz respeito à falta de referencial teórico específico sobre os fatores de permanência dos jovens no campo e a

sucessão das pequenas propriedades rurais, o que impossibilitou a comparação, cruzamento de dados com outros locais e situações. Outra limitação que ocorreu foi o período utilizado para a realização das entrevistas. Período este que coincidiu com a fase de colheita das lavouras de soja e milho, o que aumentou o número de afazeres dos jovens e diminuiu o tempo disponível dos mesmos.

Como sugestão para futuras pesquisas e com o objetivo de entender melhor estes fatores e ações, indica-se a elaboração de pesquisas quantitativas, baseadas nos resultados desta pesquisa, com o intuito de abranger maior número de pessoas e de regiões, objetivando o acesso a maior quantidade de dados e a oportunidade de confrontá-los, a fim de alcançar resultados mais palpáveis, que definam as aspirações dos jovens de diferentes lugares, auxiliando a formulação de políticas, programas e ações que realmente os beneficiem.

Portanto, o presente estudo demonstra a percepção que os jovens agricultores possuem da agricultura familiar e apresenta os fatores que motivam os mesmos a permanecerem no campo. O processo sucessório, que não se identifica de forma planejada no município, também demonstra sua importância para o desenvolvimento das propriedades em relação ao aumento da renda, fator que não representa atratividade para os jovens ficarem no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A J.; GEWANDDSZNAJER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **Os Métodos nas Ciências Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thompson, 1999.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2003. 374 p.

BARRIENTOS-FUENTES, Juan Carlos; TORRICO-ALBINO, Juan Carlos. **Perspectivas socioeconômicas de la Agricultura Familiar em Sudamérica: casos de Bolívia, Colômbia y Perú**. Agronomía Colombiana. Bogotá, v. 32. Ago/2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

CARDONA, Henry Antonio Arenas; BALVÍN, Daniela Rico. **La empresa familiar: El protocolo e la sucesión familiar.** Estudos Gerenciais. Mai/2014.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar.** 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 21 out. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. **Sobre a agricultura familiar.** 2014. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>>. Acesso em: 28 out. 2014.

EMBRAPA. **Embrapa no Ano Internacional da Agricultura Familiar.** 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 out. 2014.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG RS. **A Juventude Rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção.** 2014. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/index.php?idp=NTI=&ids=NTc=>>>. Acesso em: 31 out. 2014.

GRZYBOVSKI, Denize. O redimensionamento das empresas familiares de Passo Fundo diante da complexidade do mercado global: algumas considerações. In: GRZYBOVSKI, Denize; TEDESCO, João Carlos. (Orgs). **Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflitos.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 17-62.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perguntas Frequentes.** 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/perguntas>>. Acesso em: 21 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação.** Rio de Janeiro: IBGE. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431280&search=rio-grande-do-sul|nova-araca>>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. **Informações completas.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431280&search=rio-grande-do-sul|nova-araca>>. Acesso em: 27 maio 2015.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER. **Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores01.htm>>. Acesso em: 19 out. 2014.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <<http://online.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522472611?q=leone>>. Acesso em: 13 out. 2014.

LIMA, Arlindo Prestes de; et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Gestão Integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

MARTINS, José de Souza Prefácio. In: SILVESTRO, Milton Luiz; et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri Brasília - NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, Márcio Antonio de et al. **Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar**. São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - BNDES. **Agricultura familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiário/agricultura-familiar>>. Acesso em: 16 out. 2014.

MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ. **Histórico**. 2015. Disponível em: <<http://novaaraca.rs.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. **Empresa familiar: como fortalecer o empreend**

_____. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Janete Lara de; ALBUQUERQUE, Ana Luiza; PEREIRA, Rafael Diogo. **Governança, sucessão e profissionalização em uma empresa familiar: (re)arranjando o lugar da família multigeracional.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios. São Paulo, v. 14, n. 43, p. 176-192, Jun/2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome.** 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cafppef.asp>>. Acesso em: 16 out. 2014.

SANTOS, Jaqueline Guimarães; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais.** Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 7, n. 1, p. 69-85, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/STR/Downloads/Santos_C%C3%A2ndido_2013_Sustentabilidade-e-agricultura_15062%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/STR/Downloads/Santos_C%C3%A2ndido_2013_Sustentabilidade-e-agricultura_15062%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 18, n. 51. Fev./2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S010269092003000100008&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2014.

SCHUCH, Heitor José. **Juventude Rural: a roça em transformação.** Porto Alegre: Corag, 2010.

SCHUMAN, Amy; STUTZ, Stacy; WARD, John L. **A empresa familiar como paradoxo.** Tradução: Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2011. 229 p.

SILVA, Roni Antonio Garcia da. **Administração rural: teoria e prática.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013. p. 230.

TEDESCO, João Carlos; VIEIRA, Gilmar Zolet. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 17-31.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-53.